



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE LETRAS

**AS DIFERENTES RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO**

**BRASILEIRO**

Natan Barcellos de Moraes Orsa

Rio de Janeiro

2021.2

NATAN BARCELLOS DE MORAES ORSA

AS DIFERENTES RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA  
NO CONTEXTO BRASILEIRO

Monografia submetida à Faculdade de Letras  
da Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Licenciado em Letras na habilitação  
Português/Literatura.

Orientador: Jorge Ricardo Santos Gonçalves

Rio de Janeiro

2021.2

NATAN BARCELLOS DE MORAES ORSA

DRE: 113146400

AS DIFERENTES RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA NO  
CONTEXTO BRASILEIRO

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras na habilitação  
Português/Literatura.

Data da avaliação: \_\_/\_\_/\_\_

Banca examinadora:

\_\_\_\_\_ NOTA: \_\_\_\_\_

Prof.

\_\_\_\_\_ NOTA: \_\_\_\_\_

Prof.

MÉDIA: \_\_\_\_\_

Assinatura dos avaliadores: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO COMO FORMA DE COMBATER A VIOLÊNCIA .....</b>	<b>8</b>
<b>3</b>	<b>VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS .....</b>	<b>13</b>
<b>4</b>	<b>A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA.....</b>	<b>17</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho tem como objetivo abordar as diferentes relações existentes entre educação e violência, levando em consideração estudos realizados sobre os temas e informações de diferentes áreas, e, dessa forma, mostrar os caminhos que vêm sendo traçados pelo Estado brasileiro a fim de solucionar alguns de seus maiores problemas.

Para tanto, a metodologia utilizada foi a busca por dados estatísticos em fontes como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Instituto Igarapé, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (APEOESP), Secretaria de Estado de Educação, bem como periódicos digitais como G1, Estadão, DW Brasil, New York Times, Jornal da USP e Plantão Enfoque, além de bibliografia especializada no assunto.

Já há muito, existe o costume, quase que universal, de se indicar a educação como verdadeira forma de combater a violência. Embora isso não ocorra por acaso, uma vez que não faltam motivos para crer na veracidade desta consideração, no Brasil isso se limita ao discurso. Na prática, as maiores apostas de nossos governantes são a violência e a repressão policial, além do encarceramento em massa da população. Consequentemente, de acordo com estudo realizado pelo Instituto Igarapé (2018), denominado “Segurança do cidadão na América Latina”, o Estado brasileiro é o décimo terceiro país do mundo, em termos relativos (número de homicídios para cada cem mil habitantes), em que mais ocorrem assassinatos, ficando atrás, apenas, de El Salvador, Jamaica, Venezuela, Santa Lúcia, Honduras, Lesoto, Belize, São Vicente e Granadinas, África do Sul, São Cristóvão e Névis, Bahamas e Trindade e Tobago. Se considerarmos apenas o número de homicídios, desconsiderando o número de habitantes, o Brasil é o país em que mais se mata de forma intencional. O número de assassinatos ocorridos em todo o território brasileiro representou, em 2016, 13% do total de homicídios em todo o mundo. (idem *ibidem*) Se levarmos em consideração o impacto dessas mortes na economia, estima-se que o país tenha perdido, entre 1996 e 2015<sup>1</sup>, cerca de 218 bilhões de dólares em produtividade<sup>2</sup>, conforme artigo publicado no New York Times (2018).

---

<sup>1</sup>Nesse intervalo de tempo, a taxa média de homicídios por ano aumentou de 35 mil para 54 mil, uma elevação de 54%, enquanto, no mesmo período, a população aumentou apenas 40%.

<sup>2</sup>Levando em consideração uma perda de 266 mil dólares para cada homicídio envolvendo um indivíduo que tenha entre 13 e 25 anos.

Parte considerável dos assassinatos cometidos em solo brasileiro foi realizada por forças policiais. De acordo com um levantamento efetuado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, somente entre os anos de 2009 e 2016, 21.910 pessoas morreram por conta de intervenções policiais (ZILLI, 2018). Ademais, o Brasil é, ainda, um dos países com a maior população carcerária do mundo. Em conformidade com relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen, 2017), do Ministério da Justiça, referente ao fim da segunda metade de 2015 e primeira metade de 2016, a população carcerária segue aumentando, o que eleva, também, o déficit de vagas no sistema prisional. Ao todo, o país possui mais de setecentos mil presidiários, ultrapassando países mais populosos, como Índia, Paquistão e Indonésia, e ficando atrás, somente, dos Estados Unidos e da China. Como se pode notar, considerando algumas das informações levantadas, diferentemente do que se poderia esperar, o aumento no encarceramento, que muito se aproxima de 0,5% do número total de habitantes, e a alta letalidade policial não parecem ter qualquer influência na diminuição da violência. Isso abre espaço para questões acerca da efetividade das políticas de punição, que, por si só, demonstram não ser capazes de reduzir a criminalidade. Ainda que medidas rígidas contra os criminosos possam se fazer necessárias, em circunstâncias específicas, é importante que haja o entendimento de que o problema é, mais do que qualquer coisa, estrutural e, por isso, deve ser enfrentado a partir de sua base.

Se, como dito, o problema da violência é estrutural e, por isso, necessita ser solucionado em sua origem, torna-se imprescindível que saibamos os dados relativos ao investimento do governo na área educacional. Tendo em vista o cenário exposto acima, é de se esperar que, no que se refere ao emprego de recursos na área da educação, o Brasil seja um dos países que menos investe em seus alunos. A surpresa, no entanto, é que, de fato, embora não seja um dos que mais investe, o Estado brasileiro está longe de ser displicente quanto ao tema, investindo mais do que alguns dos países da América Latina. O problema, porém, reside, sobretudo, na forma como tal investimento é feito, além, é claro, do grande número de alunos existentes no Brasil.

A interferência da educação nos índices de violência é suficientemente clara, mas outro assunto de fundamental importância na nossa sociedade, que, por vezes, é tratado como uma sucessão de casos isolados, é como a violência também influi diretamente na educação. Violência nas salas de aula, entre os alunos, envolvendo os professores, ou em regiões onde se localizam as escolas – aulas interrompidas por tiros de armas de fogo, docentes agredidos por discentes, tráfico de drogas dentro dos colégios – todas as características do retrato da educação

brasileira, que atingem, sobretudo, a população mais pobre e que fazem com que o Brasil seja líder no ranking da OCDE sobre violência nas escolas (G1, 2017).

Considerando todos os problemas enfrentados pelos estudantes nas instituições de ensino brasileiras, é de extrema importância que os alunos encontrem apoio em seus responsáveis. Assim sendo, o apoio familiar é de fundamental importância para que os jovens não abandonem a escola e, também, para que se dediquem aos estudos e percebam a relevância da educação. A fim de que haja esse apoio, mesmo em casos mais complicados, que envolvem famílias desestruturadas ou economicamente mais frágeis, é imprescindível que a escola se apresente como uma parceira da família. É nela que as crianças e adolescentes passarão um longo período de suas vidas, onde desenvolverão muitas de suas habilidades, aprenderão muitos ensinamentos, além de socializarem. Em um país onde 47,8% das crianças vivem na pobreza (ESTADÃO, 2019), a escola se apresenta, para muitas delas, como única fonte de alimentos. Conseqüentemente, no período de férias, muitas passam fome (OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR, 2019). Assim, é inegável a importância que as instituições de ensino têm para as famílias, sobretudo para as mais carentes, mas também é inegável o valor que a família tem para a escola.

Este trabalho monográfico encontra-se dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, o assunto abordado é o investimento em educação como forma de combater a violência em sua raiz, bem como um panorama de como Estado brasileiro tem investido dinheiro neste setor. No segundo capítulo, a questão a ser discutida é a violência nas escolas e seu entorno, além das conseqüências na vida de alunos e professores. No terceiro capítulo, será abordada a importância da existência de uma boa relação entre a escola e a família dos alunos como forma de tornar o ambiente escolar mais saudável e agradável para todos que o frequentam. Por fim, as considerações finais acerca dos assuntos supracitados.

## 2 INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO COMO FORMA DE COMBATER A VIOLÊNCIA

Há motivos suficientes para crermos que o enfrentamento da violência não se dá, unicamente, por intermédio da repressão e do aprisionamento dos indivíduos que desrespeitam as leis. Faz-se necessário, também, que o Estado adote outras medidas a fim de que haja uma redução da criminalidade. Em razão disso, no ano de 2014, no Brasil, sob o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, o então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, juntou-se a alguns estudiosos da área da segurança pública para discutir alternativas para a diminuição da criminalidade nas cidades e estados brasileiros e, sobretudo, a redução do número de homicídios. Essa reunião, que foi seguida por algumas outras, deu início ao que ficou conhecido como Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (PNRH). Em tais reuniões, houve o estabelecimento de princípios básicos a serem seguidos pela federação e por instituições que estariam, junto ao Estado, na luta pela queda no número de assassinatos. Essa iniciativa representou, como pontuado pela Nota Técnica do estudo intitulado Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios do IPEA “uma guinada radical das abordagens em segurança pública que privilegiavam exclusivamente a repressão e o encarceramento como mecanismos para controlar a criminalidade.” (CERQUEIRA et al., 2016, p. 4), Esse novo estudo

abandonou a crença nunca confirmada, de que se poderia almejar melhores condições na segurança pública pelo endurecimento das leis e encarceramento em massa, sobretudo, de jovens, negros e de indivíduos com baixa escolaridade, que foi responsável pelo aumento de mais de 1.000% no número de detentos no país desde 1980 [Cerqueira, 2014] e que pressionou o orçamento público, sem que se tivesse qualquer impacto perceptível na evolução da criminalidade, ao mesmo tempo em que o número de homicídios cresceu 258%. (idem ibidem, p.4)

O Pacto Nacional pela Redução de Homicídios foi uma iniciativa inédita, que lançou um olhar mais abrangente sobre o problema da violência no país. A questão que, outrora, era vista, basicamente, como caso de polícia, ou que poderia ser resumida aos aspectos morais do ser humano, passou a ser encarada em sua totalidade. Dessa forma, foram feitos levantamentos que consideravam a cultura, a escolaridade, aspectos habitacionais, questões sanitárias, acesso à saúde e ao mercado de trabalho. Um dos resultados desse estudo foi a noção de como a



educação pode afetar, diretamente, os crimes. Cerqueira e Moura (2014; 2015 apud CERQUEIRA et al. 2016, p.12) investigaram os efeitos de uma maior oferta de empregos e maior grau de instrução na taxa de homicídios dos municípios, concluindo que, a cada 1% a mais de jovens (entre 15 e 17 anos) nas escolas, havia uma redução de 2% na taxa de homicídios e, ainda, que um aumento no número de desempregados (entre 15 e 29 anos) na ordem de 1% contribui para elevar a taxa de assassinatos em 2,5%. Cerqueira e Coelho, (2015 apud CERQUEIRA et al. 2016, p.13), em suas investigações, concluíram que o aumento nos anos de estudo faz com que o indivíduo fique mais protegido contra a criminalidade, já que aqueles que têm até 7 anos de estudo possuem 15,9 vezes mais chances de serem assassinados do que os com nível universitário. Dessa forma, “a educação é um verdadeiro escudo contra homicídios.” (idem ibidem p.14)

No Rio de Janeiro, parte considerável das escolas localizadas no bairro mais violento (Santa Cruz), encontravam-se entre as piores em relação à taxa de abandono escolar. Em contrapartida, os colégios localizados nas áreas mais ricas da cidade estavam, em boa parte, dispostos entre as melhores escolas do Estado do Rio de Janeiro (CERQUEIRA et al. 2016 p.49). A restrição do capital humano dos alunos que moram nas áreas mais carentes se dá pela dificuldade de acesso e, também, de estímulos a um modelo de escola que motive e, ao mesmo tempo, esteja preparada para lidar com as diferenças sociais e individuais, conseqüentemente, tais alunos acabam desmotivados e desinteressados (idem ibidem, p.50). Como resultado disso,

A percepção, por parte desses jovens, acerca da impossibilidade de trilhar uma trajetória profissional que dê acesso aos meios materiais e simbólicos, que caracterizam o ideal de sucesso na sociedade de consumo, não apenas contribui para esgarçar os elos de concordância desses indivíduos em relação aos valores sociais vigentes, mas os colocam como presa fácil do crime organizado e desorganizado. (idem ibidem, p.50)

Uma escola preparada para receber e para lidar com alunos de diferentes realidades sociais requer professores igualmente preparados e, sobretudo, valorizados, de forma que possam se comprometer com seu trabalho, dedicando-se, exclusivamente (preferencialmente), a um colégio. Isso faz com que seja necessária toda uma reestruturação na carreira dos docentes brasileiros, o que inclui, obviamente, uma maior valorização salarial e maior tempo de formação.

Mais acesso à educação por parte dos jovens não só contribui para uma diminuição do número de homicídios e das chances de o indivíduo ser assassinado, mas também é responsável pela redução da criminalidade geral, uma vez que a maior parte dos presos brasileiros cometeu crimes contra o patrimônio (52%) ou crimes envolvendo o tráfico de entorpecentes (24%), enquanto aqueles que atentaram contra a vida, embora sejam numerosos, correspondem a somente 12% do total de criminosos encarcerados (BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2011, apud MONTEIRO & CARDOSO, 2013, p.103). Quando considerada a faixa etária, percebemos que a maior parte dos detentos tem entre 18 e 24 anos (31%) e entre 25 e 29 (27%), ou seja, são jovens. O número de detentos que tem a partir de 30 anos vai caindo consideravelmente conforme a idade avança, até alcançar os 60 anos, idade de cerca de 1% dos presos (idem ibidem, p.102). Finalmente, considerando o grau de instrução destes indivíduos, a grande maioria deles (77%) não possui mais do que o ensino fundamental e 18% concluíram o ensino fundamental, mas não o médio. Aqueles que chegaram a concluir o ensino superior não passam de 1% do total de presos. (idem ibidem, p.105).

Outro fator de extrema importância para o assunto é a divisão dos detentos por raça. O número de presidiários negros é quase o dobro do número de presidiários brancos (60% dos presos são negros, 37% são brancos) (idem ibidem, p.106). Não por acaso, também há uma diferença elevada entre a média dos anos de estudo da população branca e da população negra. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, os brancos estudam 10,3 anos, enquanto os negros estudam 8,4 anos (IBGE, 2019), uma diferença de quase 2 anos de instrução, que podem, quando vistos separadamente, não parecer muito, mas que dão indícios da imensa desigualdade existente no país.

Parece óbvio assumir, tendo em vista tudo que foi mostrado até então, que o Brasil investe muito pouco naquele que é, aparentemente, um de seus maiores problemas estruturais: a educação. No entanto, a questão é um pouco mais complexa. Conforme aponta o estudo *Education at a Glance: Contry Note*<sup>3</sup> (OCDE, 2019 p.1), o país investiu na área educacional uma porcentagem de seu PIB superior à média da OCDE. O problema, contudo, reside no fato de que, quando comparamos o valor investido por aluno, sobretudo nos anos iniciais de ensino, o Brasil fica bem abaixo da média da OCDE. Sendo assim, é correto afirmar que o país possui uma enorme necessidade de investir mais e melhor em seus alunos, mas, também, em seus professores. E, pelo que mostra o estudo, os profissionais da educação que trabalham no Brasil

---

<sup>3</sup> Esse estudo faz uma análise ampla da educação, tomando como base o sistema educacional de 36 países membros da OCDE, além de países parceiros - Brasil, Argentina, África do Sul, China, Rússia, Costa Rica, Índia, Indonésia e Arábia Saudita.

recebem, em média, menos do que os profissionais da mesma área na maioria dos países da OCDE (idem *ibidem* p.1). Ademais, os professores brasileiros recebem, em média, 25% menos do que trabalhadores brasileiros com educação superior em outra área, de acordo com o Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (INEP, 2018, p.285). O estudo *Education at a Glance: Contry Note*, divulgado pela OCDE tratou, também, da situação do país quanto ao ensino superior. Dos indivíduos brasileiros que têm entre 25 e 34 anos, apenas 18% possuem ensino superior completo (nesse quesito, a média da OCDE é de 39%), o que coloca o Brasil abaixo, inclusive, de alguns poucos países da América Latina, como Chile (25%), Colômbia (23%), Costa Rica (23%) e Argentina (36%). Dos brasileiros que concluíram o ensino superior, apenas 33%, um terço do total, conseguiu terminar o curso no tempo ideal, um pouco abaixo da média da OCDE, de 39%. Como ponto positivo, o estudo aponta que, na década compreendida entre 2008 e 2018, o acesso dos brasileiros que possuem entre 25 e 64 anos ao ensino superior aumentou consideravelmente, indo de 11% para 21%. (OCDE, 2019, p.2) Embora o país, também nesse ponto, siga bem abaixo da média dos países que integram a OCDE (44%), a evolução é importante e não pode ser ignorada, embora deva se reconhecer o quanto há para evoluir.

Outros dados importantes acerca da educação brasileira são oriundos de um estudo, denominado TALIS (*Teaching and Learning International Survey*), realizado em 2013, que reuniu dados de mais de 30 países. De acordo com tal estudo, no Brasil, os professores relataram gastar, em média, 25 horas por semana dando aulas, número que supera em 6 horas a média dos outros países do estudo. Além disso, os docentes brasileiros gastam de 10% a 22% mais tempo que a média dos outros países do estudo na correção do trabalho de casa e demais atividades. A despeito disso, o tempo consumido no preparo das aulas é semelhante. (OCDE, 2013, p.1)

Dessa forma, conclui-se que, embora os professores brasileiros se dediquem o suficiente para elaborar e preparar aulas e atividades, acabam, por necessidade, dedicando mais tempo a outras tarefas, além de precisar passar mais tempo em sala de aula, o que é cansativo para o profissional e, também, afeta o nível de suas aulas.

Ainda de acordo com a pesquisa, apenas 40% dos professores brasileiros estão empregados em período integral<sup>4</sup> e, ainda, dão aulas em turmas que possuem, em média, 31 alunos<sup>5</sup>. (idem *ibidem*, p.2)

---

<sup>4</sup> Percentual que fica muito abaixo da média dos países do estudo, de 82%, e demonstra a desvalorização da profissão.

<sup>5</sup> Na média dos países participantes do TALIS 2013, cada professor tem de lidar com 24 alunos, um número consideravelmente menor.

Analisando os dados da pesquisa, fica perceptível que o Brasil possui professores que trabalham mais tempo, muitas vezes, em mais de uma escola, a fim de conseguir trabalhar por um número de horas que seja suficiente para garantir um bom salário. Ademais, têm de voltar sua atenção para um número maior de alunos, o que, além de desgastante para o profissional, é problemático para os próprios discentes. Não por acaso, os docentes brasileiros também gastam 20% do tempo de suas aulas na tentativa de manter a ordem na sala de aula, uma porcentagem um pouco maior comparada aos 13% da média dos outros países que participaram do estudo. Finalmente, menos de 70% do tempo de aula é gasto com ensino e aprendizagem (idem *ibidem*, p.3). No país, 14.291 professores participaram do estudo.

É perceptível que os gastos do Brasil com a educação permanecem aquém do ideal, sobretudo quando levamos em consideração o fato de que o Brasil é um dos países mais populosos do mundo. Além disso, o educador brasileiro é muito pouco valorizado, seja quando comparado a professores de outros países, seja quando comparado aos demais profissionais brasileiros que possuem ensino superior em outras áreas. Docentes desvalorizados desdobram-se, às vezes em mais de um emprego, para receber uma quantia que garanta boas condições de vida para si e, conseqüentemente, acabam não tendo o tempo necessário para seu descanso e para dedicar maior atenção à função pela qual são pagos. Uma das possíveis conseqüências disso são alunos desestimulados e desinteressados, que acabam por não se dedicar devidamente às aulas desses professores por acharem que essas são pouco atrativas e interessantes

Tomando por base o que foi visto até então, um maior investimento na educação (investimento que leve em consideração o grande número de alunos matriculados nas instituições de ensino brasileiras), o que engloba, obviamente, a valorização do professor, teria ótimas conseqüências para os índices educacionais e, ainda, para indicadores sociais, como uma possível redução de crimes violentos e diminuição da população carcerária. E a valorização do profissional da educação começa por um salário que torne a profissão atrativa e sustentável (pois, dessa forma, mais pessoas terão um interesse legítimo em buscar os cursos de licenciatura), além de regras que limitem o número de alunos por sala de aula, de forma que um só docente não tenha de lidar com um número muito superior de discentes, o que pode ser bastante desgastante e nada produtivo.

O Investimento na educação, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, a fim de que o Estado possa fornecer um ensino de maior qualidade, que seja mais atraente para o aluno e que prepare o jovem para o mercado de trabalho, é, mais do que um gasto, um investimento com retorno comprovado em várias esferas da sociedade e, por isso, deveria ser

tratado como prioridade de qualquer governo minimamente comprometido com o futuro da nação.

### **3 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS**

O Brasil é, em termos absolutos, o país em que mais se mata de forma intencional em todo o mundo (INSTITUTO IGARAPÉ, 2018). Assim sendo, o fato de que o país é, também, de acordo com a OCDE, líder em violência dentro das salas de aula, não surpreende (JORNAL DA USP, 2016). Não só a educação (ou sua ausência) afeta os índices de violência, como estes

também afetam a educação. É uma relação na qual é difícil determinar a causa e o efeito, uma vez que o tema é complexo, já que tais assuntos parecem ser indissociáveis. Como diz Candau (2005, p. 138)

Não se pode dissociar a questão da violência na escola da problemática da violência presente na sociedade em geral; miséria, exclusão, corrupção, desemprego, concentração de renda e poder, autoritarismo, desigualdade, entre outras chagas de nossa sociedade, estão articulados à questão da violência através de uma teia ampla de relações.

Além disso, “as relações entre violência e escola não podem ser concebidas exclusivamente como um processo de “fora pra dentro” (idem *ibidem*, p.139). Com isso, Candau acredita que não só a violência presente na sociedade penetra a escola e acaba por afetar a vivência entre alunos e professores, mas também que a escola produz violência.

Toda essa violência, presente dentro e fora das escolas brasileiras, afeta não somente os alunos, mas também os professores. Muitos docentes desistem da profissão por conta das agressões, físicas ou verbais, que sofrem dentro das salas de aula, seja por parte dos alunos ou dos responsáveis por eles. A profissão docente, no Brasil, possui a violência como um de seus principais desafios. Dados de uma pesquisa de 2015, realizada pelo Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp), mostram que 44% dos docentes que trabalhavam no estado de São Paulo já havia sofrido algum tipo de agressão. Ademais, apenas 16% dos profissionais não havia, até então, presenciado ou sofrido qualquer tipo de violência. No entanto, os 84% restantes, a grande maioria, testemunhou agressões verbais, físicas, vandalismo e bullying (G1, 2017). Como consequência disso, em 2018, 3055 licenças por doenças mentais foram concedidas pela Secretaria Municipal de Educação. Tal número representa 8% do total de professores do município (DW BRASIL, 2019). Já em uma enquete realizada pela OCDE, em 2013, 12,5% dos professores brasileiros confessaram sofrer ameaças ou intimidações por parte dos alunos semanalmente. Ao todo, 34 países participaram da pesquisa e, dentre eles, a média é de 3,4%. O Brasil lidera o ranking, seguido por Estônia, com 11%, e Austrália, com 9,7% (idem *ibidem*).

Para muitos, algumas das manifestações de violência que ocorrem na escola, entre discentes e docentes, estão relacionadas ao que chamam de falta de “competência relacional do profissional que atua nas escolas e com o fracasso na formalização dos papéis do professor e

do aluno”. (LUCINDA, NASCIMENTO, CANDAU, 2001, n.p) Desse modo, o aluno emprega a violência como forma de protesto. (idem ibidem, n.p)

Esta forma de violência é compreendida pelos (as) alunos (as) como manifestação de resistência ao julgamento escolar ou de protesto contra o “mau” professor (a) ou funcionário (a). Com frequência, o/a mau (á) professor (a) é descrito (a) pelos alunos como aquele (a) que falta, que é fraco (a), que não consegue manter a disciplina na turma, que é injusto (a), principalmente no que se refere aos resultados escolares, que não tem disponibilidade para com os/as alunos (as), ou, ainda, que não demonstra entusiasmo pelo que faz. (idem ibidem, n.p)

Podemos compreender tais atos como manifestação de uma lógica de enfrentamento. Em tal lógica, professor e aluno assumem papéis profissionais no ambiente escolar. Assim sendo, quando os alunos não se dão por satisfeitos com o profissional, podem agir de maneira violenta para contestar o papel do professor. (idem ibidem, n.p)

Já as brigas entre os próprios alunos são, possivelmente, a forma mais comum de violência na escola, sendo a que aparece mais constantemente nos relatos dos professores, pais e alunos. Comumente, alguns alunos roubam, agredem, insultam ou exploram outros estudantes, que consideram mais fracos. Tais atos são tão comuns que acabam não recebendo a devida atenção dos responsáveis (sejam pais ou profissionais que trabalham na escola), que agem como se esses problemas fossem manifestações comuns à idade ou à classe social dos jovens. (idem ibidem, n.p)

Por trás desse tipo de violência (a que se dá entre os estudantes), especificamente, encontra-se a lógica do medo. A normalização do pensamento de que a violência entre os alunos é normal acaba gerando a ideia de que o jovem, a fim de se defender das mais variadas agressões, também deve fazer uso da violência. (idem ibidem, n.p)

Outro desafio a ser enfrentado por alunos e professores, indubitavelmente, é o grande número de escolas localizadas em áreas que são, constantemente, utilizadas como campo de guerra entre a polícia e os criminosos. Tais condições precárias de trabalho configuram, também, uma reclamação extremamente comum dos professores, sobretudo daqueles que exercem sua profissão no Rio de Janeiro. Essa situação não só põe em risco a vida de alunos e funcionários da escola, como também afeta o calendário escolar, uma vez que muitas das aulas são interrompidas quando tem início o confronto armado entre o crime e as forças do Estado. Só em São Gonçalo, município do estado do Rio de Janeiro, de acordo com informações

divulgadas pela Secretaria de Estado de Educação (Seeduc), em 2019, pelo menos cinco mil estudantes tiveram suas aulas interrompidas por conta de disputas entre facções rivais ou por conta de ações policiais. De todas as 76 unidades de ensino básico presentes na cidade, 11 delas (ou seja, mais de 10% do total) acabaram em meio à troca de tiros. Esses colégios, não por acaso, encontram-se em comunidades, o que demonstra a face desigual da educação brasileira. Ao todo, só em 2019, as aulas em escolas estaduais de São Gonçalo foram suspensas 52 vezes. (PLANTÃO ENFOCO, 2020) O prejuízo para os alunos afetados é incalculável e os deixa em desvantagem em relação àqueles que, felizmente, não têm de lidar com tais problemas.

Por conta de todas essas questões, muitos professores passam por estresse pós-traumático, o que faz com que abandonem, definitivamente, a profissão ou que busquem readaptação nas escolas em que trabalham, tendo que se habituar a outros cargos dentro dos colégios, mantendo-se afastados das salas de aula. Somando isso ao fato de os salários dos docentes serem pouco atrativos<sup>6</sup>, a profissão de professor, no Brasil, é completamente desprestigiada, o que acaba resultando em uma baixa procura pela carreira e, conseqüentemente, na carência de profissionais em algumas regiões. Além disso, muitos dos que se tornam professores o fazem por falta de oportunidade de ingressar em outras profissões mais concorridas. Assim sendo, não faltam motivos para crer que são inúmeros os desafios a serem superados de forma a tornar a escola um ambiente agradável, estimulante e seguro para discentes e docentes.

A fim de que alguns desses problemas sejam sanados ou, pelo menos, atenuados, é importante que a sociedade reconheça a necessidade de enfrentar a questão da violência nas escolas, pois esse não é, unicamente, um problema que afeta estudantes e professores, mas, a longo prazo, toda a sociedade. Não basta que as famílias dos envolvidos também se importem, mas que haja um esforço conjunto para superar o problema. Para Candau (2005, p.164), a sociedade deve se unir em busca daquilo que ela chama de “cultura e educação para os direitos humanos”:

Escola e sociedade civil, órgãos governamentais e organizações não-governamentais devem somar esforços nessa perspectiva. Lutar contra as causas estruturais da violência e afirmar a vigência dos direitos humanos – civis, políticos, sociais, econômicos, culturais, ambientais, etc -, no nível das práticas sociais e culturais, constitui um elemento fundamental para criar condições de desenvolvimento dos

---

<sup>6</sup> Como já foi mencionado, o salário dos professores brasileiros é inferior à média dos salários pagos a docentes dos países pertencentes à OCDE e, ainda, é menor que o de profissionais brasileiros com ensino superior em outras áreas.



processos de humanização e democratização da nossa sociedade. Trata-se de algo básico para que a questão da violência escolar possa ser devidamente trabalhada. Esta não pode ser compreendida de modo descontextualizado e auto-referido, nem reduzida a uma questão de segurança. Consideramos que esta articulação é de natureza dialética e que todos e todas, ali onde vivemos e atuamos, podemos trabalhar por uma cultura e educação em e para os direitos humanos. Somente assim poderemos colaborar para minimizar as diferentes manifestações da violência social e escolar, e favorecer a afirmação, no dia-a-dia da sociedade e da escola, desde a infância e os primeiros anos da escolarização, de uma cultura dos direitos humanos. (idem *ibidem*, p.164)

Para a autora, somente uma escola que possua suas práticas sociais e culturais baseadas nos direitos humanos pode enfrentar as causas estruturais da violência, ajudando, assim, na construção de uma sociedade mais humanitária e democrática. E, sem dúvida, esse processo se inicia no combate à violência que se encontra dentro das instituições de ensino, pois, para ela, os atos violentos praticados na escola não podem ser vistos como algo fora de contexto, que independe da sociedade, um caso isolado. Tampouco é correto que a violência escolar seja compreendida e tratada, meramente, como uma questão de segurança, pois tal atitude seria, novamente, como enxergar o problema, mas desconsiderando completamente o seu contexto, o que pode servir para remediar, mas não resolve o problema.

Mesmo para o caso da violência que se origina dentro dos muros da escola, a repressão, por si só, é incapaz de fazer efeito. Para que tal problema seja, de fato solucionado, faz-se necessário que haja um esforço conjunto de toda a sociedade na busca de uma vida pautada pelos direitos humanos. E, como parte fundamental da sociedade e, sem dúvida, do desenvolvimento das crianças e adolescentes, a família dos alunos possui grande importância nessa busca por igualdade.

#### **4 A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA**

É dentro do seio familiar que ocorrem as primeiras experiências de socialização dos indivíduos, sendo este espaço indispensável para o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente. A família garante as primeiras relações afetivas e, também, fornece o necessário para o bem-estar dos jovens. É na família que os valores éticos e os primeiros laços de

solidariedade começam a ser formados e desenvolvidos. (LYRA, CONSTANTINO, FERREIRA, 2010, p.148)

É na escola que a criança expandirá seus laços de afeto, conhecendo novas pessoas e fazendo amizades. É lá, também, que a criança poderá colocar em prática tudo o que aprendeu com seus familiares. A depender da situação, é na escola, e somente lá, que o jovem terá acesso à alimentação e, talvez, a um pouco de carinho e respeito.

Sendo a família tão importante para o crescimento saudável dos indivíduos, sobretudo nos anos iniciais de sua vida, é natural que desequilíbrios no ambiente familiar sejam tão desastrosos para o desenvolvimento das crianças. Conseqüentemente, a violência familiar é um assunto de extrema importância, que está intimamente relacionado à educação.

A violência no âmbito da família atinge uma parcela importante da população e repercute de forma significativa sobre a saúde das pessoas. Diferente de outras formas de violência que ocorrem em outros lugares, esta é a que menos está circunscrita a fatores estruturais da sociedade e é praticada por pessoas de todas as classes sociais, cores, religiões, status socioeconômico. As principais vítimas da violência familiar são crianças, adolescentes, mulheres e idosos, configurando violação de seus direitos. Em muitos casos, a violência familiar ameaça o direito à educação, ao desenvolvimento, à saúde e até mesmo à sobrevivência. (idem *ibidem*, p.151)

Uma das principais causas da violência escolar é a desestruturação familiar. Lares em que há miséria, abusos e violência constante afetam consideravelmente a vida das crianças, o que acaba se refletindo, naturalmente, no ambiente em que elas estudam. Tais reflexos podem aparecer como o bullying que essas crianças praticam com outras ou mesmo na forma desrespeitosa de tratar os professores e demais funcionários da escola.

A relação (muitas vezes inexistente) entre a família do aluno e a escola é de fundamental importância para que alguns desses problemas sejam resolvidos ou, pelo menos, atenuados. Para a escola, conhecer o ambiente em que o aluno vive, bem como seus familiares, é uma forma de entender melhor as atitudes e experiências daquele discente. Para a família, conhecer o ambiente em que a criança estuda é a melhor forma de prezar pela sua segurança e pela educação que ela receberá. O diálogo entre professores e responsáveis é uma forma de tentar compreender os problemas pelos quais a criança tem passado, seja na escola, seja em casa, e, assim, buscar, em conjunto, soluções para que o aluno dê o seu melhor e, sobretudo, para que ele se sinta bem.

Alguns trabalhos mostram que, em diferentes lugares do país, ações internas à própria escola têm sido as formas mais frequentes de lidar com as crianças e adolescentes vítimas da violência, apesar da formação insuficiente dos professores, das limitações inerentes ao ambiente escolar e ao trabalho multiprofissional e intersetorial nesses casos. (idem ibidem, p.164)

Não é incomum que o comportamento que a criança possui na escola seja um reflexo da vivência que ela tem em casa, das coisas que experiencia, dos males e abusos que sofre:

Por exemplo, a criança que nasce em um ambiente hostil, onde muitas vezes impera o desamor e a violência doméstica, terá maiores chances de desenvolver problemas cognitivos e emocionais, como hiperatividade, comportamento agressivo, etc. Uma possível consequência desses transtornos comportamentais é o baixo aproveitamento escolar e o isolamento. Uma maneira do garoto reestabelecer sua autoestima (ainda que de maneira invertida) muitas vezes o leva a comportamentos transgressores e a se unir com pares também com comportamentos desviantes. O estreitamento dos elos de pertencimento e de reforço ao caráter identitário do grupo termina por potencializar as ações transgressoras e atos de delinquência. A esta altura, com muitas portas fechadas, a prática de pequenos delitos e crimes torna-se uma constante na vida do adolescente na proporção do esgarçamento do grau de concordância com os valores sociais estabelecidos. Em algum momento à frente o jovem termina sendo preso, o que acarretará inúmeras consequências, como: a perda esperada de capital humano (uma vez que a prisão pode afastar definitivamente o jovem da escola); o estigma, que o afastará de muitas boas relações humanas e da possibilidade de obter emprego no momento do seu retorno ao convívio social; e um maior aprendizado e estabelecimento de novas relações na escola do crime (CERQUEIRA et al.,2016, p.10).

Levando em consideração relatos de alunos e professores, além de resultados de inúmeras pesquisas na área, é possível afirmar que a violência familiar afeta drasticamente o desempenho escolar dos discentes, além de contribuir, também, para o mau comportamento desses alunos nas salas de aula e nas ruas. (LUCINDA, NASCIMENTO, CANDAU, 2001, n.p)

Consequentemente, uma possível conclusão é a de que a família desempenha um papel fundamental em relação à forma como a criança é afetada pela violência que a cerca, podendo minimizar ou maximizar seus efeitos. Ademais, é sabido que a violência que tem origem no berço familiar pode comprometer o desenvolvimento cognitivo dos jovens, sendo uma interferência extremamente nociva para a vida escolar dessa criança. (idem ibidem, n.p)

Tal interferência acaba por acarretar que estas crianças e jovens tenham mais problemas disciplinares, piores notas, repetências, o que, conseqüentemente, afetará a auto-percepção de competência e a motivação para as atividades escolares e os vínculos entre eles (as) e a escola. (idem ibidem, n.p)

Por esta razão, a fim de se evitar que um indivíduo tão jovem se veja condenado a cometer erros, faz-se necessário que a escola, usando de meios cabíveis, intervenha nos casos mais extremos (como casos de maus tratos que envolvam os alunos, evasão e, também, em casos de elevado nível de repetência), ainda que precise acionar o Conselho Tutelar. Para boa parte das situações, no entanto, isso não será necessário, bastando que o professor converse com os responsáveis pelo aluno.

Assim como qualquer instituição que se preze por garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, a escola tem um papel fundamental na prevenção da violência familiar. Embora pouco ou nada sobre o tema seja abordado na formação pedagógica do professor (assim como acontece com outros profissionais que lidam com crianças), a violência familiar é um problema que traz dificuldades ao cotidiano escolar, uma vez que a escolanão está imune a seus reflexos e a suas conseqüências e também pode contribuir para aumentá-la quando reproduz desigualdades e formas de tratamento indevidas. (LYRA, CONSTANTINO, FERREIRA, 2010, p.152)

Sentindo-se preparado para conversar com o aluno, desde que tenha avaliado que existem condições emocionais para a conversa, o professor deve ouvir o estudante e, então, avaliar se há ou não necessidade de dialogar com os responsáveis. Preferencialmente, a abordagem familiar deve se dar de modo planejado, na presença de um pedagogo, psicólogo escolar ou de um representante da direção. Como o assunto é delicado, antes de abordar a suspeita de maus-tratos, deve-se verificar se há a possibilidade de estabelecimento de um diálogo sobre o tema, já que os pais tendem a reagir de maneira inesperada frente a tais suspeitas, podendo, até mesmo, se tornar agressivos, sentirem-se ofendidos ou envergonhados. É possível que seja necessário envolver mais de um responsável a fim de esclarecer a situação. (idem ibidem, p. 167)

Escolher um membro da família que seja mais sensível ao sofrimento da criança e, ainda, dar ouvidos a outros familiares (o que inclui, logicamente, irmãos que pertençam a mesma escola) são opções que podem ser adotadas a fim de se conseguir avaliar melhor o

quadro geral da situação. A conversa não possui o intuito de averiguar o que se deu, mas esclarecer os fatos e, assim, orientar a instituição de ensino a tomar medidas que sejam condizentes com a situação, sem que haja a exposição da criança ou de qualquer familiar a situações vexatórias. Ademais, os professores e demais profissionais não devem ser expostos a qualquer risco. (idem ibidem, p.167)

Para não aumentar ou causar sofrimento para a criança e seus familiares, recomenda-se oferecer-lhes apoio e conforto, ao invés de ter posturas que possam ser interpretadas como censura, punição, preconceito, culpabilização ou qualquer outro julgamento negativo. (idem ibidem, p. 167)

A violência familiar na sua forma explícita (quando a criança ou adolescente apresenta marcas de violência física em seu corpo) é mais comum e mais facilmente perceptível pelos profissionais presentes na instituição de ensino. No entanto, há outros tipos de violência familiar, que nem sempre deixam cicatrizes corporais, mas são, também, de extrema gravidade, como, por exemplo, a violência psicológica. (idem ibidem, p.157)

Muito embora seja mais frequente nas situações em que pais e filhos entram em conflito, também pode ocorrer entre irmãos. Violência conjugal e brigas que ocorrem na frente das crianças também configuram violência psicológica. (idem ibidem, p.157)

Pela falta de materialidade do ato, que atinge, sobretudo, o campo emocional e espiritual da vítima e pela falta de evidências imediatas do ato violento, o abuso psicológico é dos mais difíceis de ser identificados. No entanto, através de um olhar arguto e sensível, é possível ao professor perceber o quanto esse tipo de maltrato afeta as crianças e os jovens. (idem ibidem, p. 158)

É importante notar que a escola, eventualmente, também acaba por participar (ou intensificar) dos abusos psicológicos dos quais as crianças são vítimas ao reforçar a desmoralização desses indivíduos. Os danos psicológicos causados a um indivíduo em formação são, muitas vezes, mais graves do que os danos físicos, podendo afetá-lo durante a vida adulta. Muito embora não deixem marcas detectáveis, transtornos psicológicos têm tratamento mais complexo e demorado. (idem ibidem, p.158)

Como vimos, as formas de violência doméstica são variadas e o dano físico e psicológico causado por elas podem afetar drasticamente o desempenho escolar da criança ou do adolescente. O aluno afetado pela violência familiar pode desenvolver problemas de

aprendizado, além de ter grandes chances de reproduzir no ambiente escolar a violência que experienciada em casa. Assim sendo, é de extrema importância que a escola tenha plena capacidade de amparar o aluno vítima de qualquer tipo de violência, dando todo o apoio necessário para minimizar os danos físicos e psicológicos sofridos pela criança. Da mesma forma, uma família amorosa e dedicada à educação de seus jovens deve se mostrar apta a, junto da instituição de ensino, lutar por um ambiente mais seguro e confortável para que as crianças aprendam e se desenvolvam.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Levando em consideração os temas e dados abordados até aqui, é facilmente perceptível que o país, erroneamente, tem investido mais em violência, punição e repressão para combater a violência, quando deveria, a fim de obter melhores resultados em segurança pública, investir em educação. Presídios lotados e letalidade policial não impediram o Brasil de se tornar o país que é, em termos absolutos, o mais violento do mundo, onde mais se mata de forma intencional. Muito pelo contrário, uma vez que a polícia que mais mata é, também, a que mais morre. E os presídios, sempre lotados, com cerca de 0,5% da população brasileira encarcerada, funcionam

como verdadeiras escolas do crime, onde criminosos que cometeram crimes menos graves, a fim de se manterem vivos e seguros dentro das penitenciárias brasileiras, aliam-se a facções criminosas que garantem sua segurança em troca de favores a serem feitos fora dos presídios. Tão logo o apenado esteja em liberdade (o que não costuma demorar, a depender do crime cometido), poderá colocar em prática tudo o que aprendeu enquanto esteve na cadeia e, naturalmente, será obrigado a cumprir os favores que lhe foram prestados.

Como vimos, a maior parte dos detentos possui um nível ínfimo de instrução, sendo bastante incomum que tenhamos presidiários com nível superior. Assim sendo, torna-se óbvio questionar se um maior acesso à educação, por parte desses jovens, não poderia ter alterado completamente o rumo de suas vidas. Se 77% dos detentos brasileiros possuem, no máximo, o ensino fundamental e apenas 1% deles possui ensino superior, é razoável que identifiquemos um certo padrão. É natural que enxerguemos uma relação entre esses números, que pensemos que o ensino é capaz de transformar vidas, afinal, um maior grau de instrução está intimamente relacionado a uma maior empregabilidade e, também, a maiores salários, que são fatores primordiais em uma sociedade capitalista, como a nossa. Nada (ou muito pouco) tem a ver com a questão moral da coisa, com a educação que, por si só, torna o indivíduo bom, mas com a questão prática, com dados mais palpáveis e verificáveis.

Já quanto às escolas, é importante que vejamos que essas sofrem dos mesmos males da sociedade na qual estão inseridas. As instituições de ensino também têm de lidar com a violência que as cerca e, sobretudo, com aquela que é produzida em seu seio. No Brasil, mesmo ao colégios que se localizam em áreas nobres sofrem com algum nível de violência, ainda que em um grau muito menor, com uma frequência bem mais baixa. Neste que é o país que lidera o índice de violência em sala de aula, escola alguma está livre desse problema. Consequentemente, os docentes brasileiros, tão pouco valorizados e respeitados pela sociedade e pelo governo, são, constantemente, vítimas dos mais variados tipos de violência física e psicológica, o que acaba por fazer com que muitos professores se afastem de sua profissão.

Os alunos, muitas vezes, são o alvo da violência produzida na escola, sendo vítimas de bullying e demais perseguições e agressões de seus colegas, fato que, comumente, é tomado como algo normal pelos familiares dos alunos e, até mesmo, por alguns profissionais que atuam na instituição de ensino e, por isso, acabam banalizando algo que pode ser extremamente marcante para a vítima.

Como o ambiente escolar é diretamente afetado pela violência que o cerca e, também, por ser capaz de gerar violência, faz-se necessário investir na formação dos profissionais que

terão a árdua tarefa de lidar e, se possível, atenuar tal problema. Embora não pareça justo que um professor, cuja função precípua é ensinar, tenha de, além disso, cuidar de seus alunos, é melhor que, pelo menos, esteja preparado para fazê-lo, se houver necessidade. Dessa forma, não só estaria o professor mais preparado e mais apto para lidar com tal situação, como também o aluno, a fim de se proteger, sentir-se-ia mais inclinado para relatar ao professor qualquer problema dessa natureza.

Professores mais bem preparados para lidar com um ambiente escolar violento seriam ainda mais efetivos se encontrassem o apoio necessário nos responsáveis por seus alunos. Ainda é da família a maior responsabilidade pelo cuidado e proteção da criança, por isso, uma aliança com os docentes seria de extrema utilidade para os envolvidos.

Por meio dessa relação não só os familiares podem acompanhar o desempenho escolar de suas crianças, como também a escola fica informada acerca do que ocorre no ambiente que cerca seus alunos, o que irá permitir que a instituição entenda um pouco mais sobre o discente e, talvez, saiba como agir em determinadas circunstâncias. Em situações mais graves e, por isso, mais complicadas, também será possível que a escola intervenha, como em casos de violência familiar, tentando ajudar os envolvidos a lidar com os problemas que enfrentam e, se não houver alternativa, recorrendo às autoridades.

É na escola que a criança irá praticar e aprimorar o que aprendeu com sua família. Por isso, é de fundamental importância que o ambiente familiar seja amoroso e acolhedor, bem como o escolar.

Por ser imprescindível para a boa formação dos jovens, é de extrema importância que não só as famílias possuam um bom relacionamento com a escola, mas que o Estado cumpra seu dever, valorizando a educação e os profissionais que a tornam possível. Somente dessa maneira o país poderá avançar.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Departamento Penitenciário Nacional: sistema integrado de informação penitenciária** (Infopen), Brasília, 2011.
- CANAU, V. Direitos Humanos, Violência e Cotidiano Escolar. *In* CANAU, V.(org.) **Reinventar a Escola**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2005.
- CERQUEIRA, D. **Causas e consequências do crime no Brasil**. BNDES, Rio de Janeiro, v.1, 2014.
- CERQUEIRA, D. COELHO, D. **Nota Técnica: redução da idade de imputabilidade penal, educação e criminalidade**. Ipea, Rio de Janeiro, nº15, 2015.
- CERQUEIRA, D.; MOURA, R. **O efeito das oportunidades do mercado de trabalho sobre as taxas de homicídios no Brasil**. Encontro da ANPEC, Florianópolis, 2015.

- CERQUEIRA, D.; RANIERE, M.; GUEDES, E.; COSTA, J.; BATISTA, F.; NICOLATO, P. **Nota Técnica: indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo pacto nacional pela redução de homicídios**. Ipea, Brasília, nº18, 2016.
- LUCINDA, M.; NASCIMENTO, M., CANDAU, V. **Escola e Violência**, Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- LYRA, G.; CONSTANTINO, P.; FERREIRA, A. Quando a Violência Familiar Chega até a Escola. In ASSIS, S.; CONSTANTINO P.; AVANCI, J. (orgs.) **Impactos da violência na escola; um diálogo com professores**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação, Editora FIOCRUZ, 2010.
- MONTEIRO, F.; CARDOSO, G. **A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária**. Civitas, Porto Alegre, v.13, n.1, jan.-abr., 2013, p.93-117.
- OCDE. Indicators. MORAES, C. **Education at a Glance 2019: Country Note - Brazil**. OCDE Publishing, Paris, 2019.
- OCDE, Indicators. **Results from TALIS 2013: Country Note - Brazil**. OCDE Publishing, Paris, 2013.
- ZILLI, L. Letalidade e Vitimização Policial: características gerais do fenômeno em três estados brasileiros. In **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 17, dez. 2018, p.71-80.

### Fontes digitais

- DW BRASIL, **A violência contra professores no Brasil**, 2019. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/a-viol%C3%Aancia-contra-professores-no-brasil/a-48442455>> acesso em 02 fev. 2021.
- ESTADÃO. RIBEIRO, B. **47,8% de crianças de 0 a 14 anos vivem em situação de pobreza no Brasil, aponta estudo**, 23 mai. 2019. Disponível em <https://emails.estadao.com.br/blogs/bruna-ribeiro/478-de-criancas-de-0-a-14-anos-vivem-em-situacao-de-pobreza-no-brasil-aponta-estudo/>> acesso em 8 jun. 2020.
- G1. TENENTE, L.; FAJARDO, V. **Brasil é #1 no ranking da violência contra professores: entenda os dados e o que se sabe sobre o tema**, 22 ago. 2017. Disponível em <<https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/educacao/noticia/brasil-e->

[1-no-ranking-da-violencia-contra-professores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml](#)> acesso 7 jun. 2020.

IBGE. **PNAD Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais por região persistem**, jun. 2019. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>> acesso em 20 jul. 2020.

INEP, Meta 17. In **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018**. Brasília, DF, INEP/MEC, 2018.

INSTITUTO IGARAPÉ. GOUSSINSKY, E. **Em ranking mundial de homicídios Brasil ocupa 13º lugar**, 16 jul. 2018. Disponível em: <<https://igarape.org.br/em-ranking-mundial-de-homicidios-brasil-ocupa-13o-lugar/>> acesso em 6 jun. 2020.

PLANTÃO ENFOCO. O efeito devastador da violência em escolas de São Gonçalo, 2020. Disponível em <<https://plantaofoco.com.br/cidades/especial-o-efeito-devastador-da-violencia-em-escolas-de-sao-goncalo/>> acesso em 20 fev. 2021.

INFOPEN. **Há 726.712 pessoas presas no Brasil**, 8 dez. 2017. Disponível em <https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil> acesso em 7 jun. 2020.

JORNAL DA USP. TEIXEIRA, R. **Brasil lidera ranking de violência contra professores**, 2016. Disponível em <<https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-lidera-ranking-de-violencia-contra-professores/>> acesso em 20 jan. 2021.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. GARCIA, M. **Brasil: crianças que só têm alimentação na escola passam fome nas férias**, 17 jul. 2019. Disponível em <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-criancas-que-so-tem-alimentacao-na-escola-passam-fome-nas-ferias/>> acesso em 13 jun. 2020.

THE NEW YORK TIMES. MORICONI, E. **Brazil spending in safety public soared. So did violence**, 11 jun. 2018. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2018/06/11/world/americas/brazil-violence-public-spending.html>> acesso em 6 jun. 2020.